

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2011

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – para dispor sobre o atendimento na educação especial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O § 3º do art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 58.** .....

.....

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, com início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil, terá continuidade, independentemente da idade e da etapa escolar do educando.” (NR)

**Art. 2º** O art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VI e VII:

“**Art. 59.** .....

.....

VI – avaliação de suas necessidades específicas de desenvolvimento por equipe multiprofissional da escola e, quando necessário, em parceria com profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS);

VII – interação com a família na decisão sobre o tipo de atendimento a ser oferecido.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Movidos por uma concepção instrumental da educação, os sistemas de ensino têm violado sistematicamente alguns direitos inscritos na Constituição Federal. De início, o direito fundamental de todos à educação (art. 205) muitas vezes é desconsiderado na elaboração das políticas públicas. Por conseguinte, acaba prejudicado o princípio constitucional da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206, I). No dia a dia do universo escolar, também costuma ser esquecido que, além de implicar um dever para o Estado, o direito à educação constitui uma obrigação da família (art. 205), o que requer, entre outras ações, a sua participação nas decisões sobre a educação de seus membros.

De forma mais específica, carece de cumprimento o dever do Estado de assegurar o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. É certo que os mais modernos preceitos educacionais recomendam que esse atendimento seja feito preferencialmente na rede regular de ensino, ditame inscrito no próprio texto constitucional. O princípio visa combater os preconceitos e promover a integração das diferenças. De acordo com a Declaração de Salamanca, “o princípio fundamental que rege as escolas integradoras é o de que todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças.”

A Declaração de Salamanca lembra, igualmente, que as escolas integradoras devem identificar as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender. Ao mesmo tempo, reconhece que há limites para a integração. Desse modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determina que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (art. 58, § 1º). A seguir, a lei estabelece que o atendimento “será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (art. 58, § 2º).

Ocorre que a referida visão reducionista da educação tem levado os sistemas de ensino a promover a integração sem nenhum critério pedagógico. As decisões são tomadas precipitadamente, sem a avaliação de equipe profissional e sem considerar a opinião das famílias. Isso indica que a alegada integração deixou de ser um preceito pedagógico, para se tornar uma decisão burocrática,

evidenciando o descaso dos agentes do Poder Público em respeitar o direito à educação de alunos com necessidades especiais.

Outro problema corriqueiro no cotidiano escolar consiste na recusa de atender os educandos com necessidades especiais, sob a alegação de que sua idade não mais corresponde à faixa etária do ensino obrigatório. Trata-se de uma compreensão equivocada do conceito de ensino compulsório, que implica não apenas o dever de oferta pelo Estado, mas o de matrícula pelos pais ou responsáveis. Com a maioridade e a plena capacidade civil, cessa essa obrigação familiar. O que não cessa é o dever de oferta pelo Estado. Isso fica claro na educação básica regular, cuja oferta é assegurada “para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

Não existe na Constituição nem na LDB qualquer limite etário para a educação especial. A LDB apenas estabelece seu início, a partir da educação infantil. Cabe lembrar que a educação especial também diz respeito a alunos ditos superdotados, para quem a legislação prevê a possibilidade de aceleração dos estudos. Para aqueles cuja situação especial impede a terminalidade regular, muitos deles inclusive sem plena capacidade civil, permanece o direito de acesso à educação, independentemente da idade.

A esse respeito, cumpre lembrar que a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, em seu art. 8º, I, considera crime punível com reclusão de um a quatro anos, além de multa, “recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de **qualquer curso ou grau**, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta” (grifo nosso).

Uma vez que tem sido diversa a interpretação de muitas escolas, no que tange à abrangência da educação especial, é nosso dever explicitar na lei o direito assegurado na Constituição Federal. Desse modo, o presente projeto altera a LDB para esclarecer a questão.

Ao mesmo tempo, o projeto determina que a avaliação das necessidades específicas do educando seja feita por equipe multiprofissional da escola. Caso necessário, deve ser acionado o Sistema Único de Saúde, para que seus profissionais possam contribuir com a análise dos casos. Ademais, explicita-se que a família deve participar da decisão sobre o tipo de atendimento, seja a simples integração, seja o atendimento em “classes, escolas ou serviços especializados”.

Estamos convictos de que essas pequenas mudanças legais terão significativo impacto na oferta de oportunidades escolares aos estudantes com necessidades especiais, pondo fim a uma interpretação equivocada da Constituição Federal.

Em vista dos argumentos expostos, peço às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores seu voto favorável à aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador CYRO MIRANDA